



AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES ÉTICO-JURÍDICAS DECORRENTES DO USO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA: UM MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO ESTADO DE SERGIPE.

GT1 - Educação e Comunicação, Políticas Públicas

Johnnata Kelber Rezende Santos¹

Marlton Fontes Mota²

RESUMO

A pluralidade de saberes advinda da socialização, multiplicidade de conhecimentos e culturas provocadas pelo uso da internet, impõe ao educador a adoção de um perfil mais dinâmico e célere na produção do conhecimento, como também, em suas implicações ético-jurídicas. Tal artigo busca propor um mapeamento dos projetos, programas, ações e políticas escolares que trazem no seu bojo a proposta de prevenção de crimes cibernéticos, contribuindo para literatura de crimes cibernéticos; bem como registro das possíveis ações preventivas adotadas pelas instituições escolares no Estado de Sergipe. Para pesquisa foi utilizada metodologia explorativa de coleta de dados e consulta a secretárias do governo estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Ações preventivas; Educação; Ciberespaço;

ABSTRACT

The plurality of knowledge arising from socialization, multiplicity of knowledge and cultures caused by the use of the internet, imposes on the educator the adoption of a more dynamic and rapid profile in the production of knowledge, as well as in its ethical-legal implications. This article seeks to propose a mapping of school projects, programs, actions and policies that bring within them the proposal for the prevention of cyber crimes, to contribute to the cyber crime literature; as well as a record of possible preventive actions taken by school institutions in the State of Sergipe.

KEYWORDS: Preventive actions; Education; Cyberspace;

¹ Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT-SE)

² Doutorando em Educação, no Programa de Pós-graduação - Doutorado em Educação da Universidade Tiradentes, orientado pelo PhD Professor Ronaldo Nunes Linhares. Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes - SE (2012), possui título de Especialista em Direito Processual Civil - Faculdade Unhyana - BA (2007) e é graduado em Direito pela Universidade Tiradentes em Sergipe (2002). É graduado em Administração de Empresas pela Universidade Tiradentes de Sergipe (1992).



1 Introdução

A proposta do artigo traz em seu busílis às ações protetivas de crimes cibernéticos no manejo da tecnologia digital na atividade docente, especificamente sob o olhar dos conteúdos normativos de instituições educacionais no Estado de Sergipe, articulando-se para potencializar a discussão sobre as ações preventivas de crimes cibernéticos decorrentes do uso de tecnologias digitais na educação, existentes hoje no Estado. A visualização do objeto trabalhado na pesquisa ficou à dependência da publicidade do seu conteúdo, acessível a qualquer interessado, nos portais e documentos elaborados pela entidade educação (SEED) responsável em promover a sua ampla divulgação.

Em uma perspectiva de alcançar o resultado desejado, a pesquisa lançou como objetivo específico, o registro das possíveis ações preventivas adotadas pelas instituições escolares no Estado de Sergipe, relativas aos crimes cibernéticos, além de pesquisar sobre o processo de formação do docente pela Instituição de Ensino, em especial para a mediação dos conflitos decorrentes do mau uso das TIC's em sala de aula.

Em grande parte da literatura e aparato teórico sobre a temática: aplicam-se abordagens tecnicistas e instrumentais para o desenvolvimento vertical, dogmatizado à educação e migração. Isto posto, tendo em vista, a formação de cidadãos de caráter desmembrado de sua cultura local, o que é dispare a nossa realidade tendo em vista nossa miscelânea de crenças, climas e costumes; tais abordagens têm a desafortunada tendência de naturalizar decisões políticas e reificar construções culturais já em noções de mundo globalizado, em síntese reprodução social (BOURDIEU, 2003) que esbarra com o conteúdo e os deveres éticos do ensino.

Para o alcance dos objetivos do artigo foi realizada pesquisa exploratória com o intuito de promover uma maior familiaridade com o objeto pesquisado, através do levantamento bibliográfico e documental dos conteúdos normativos, abordando a temática central de forma descritiva e qualitativa, que possibilite o estímulo do pensamento científico e de reflexão, por meio da concepção mais específica do problema para gerar novas ideias e espaços dialógicos de mudanças que poderão ser testadas em projetos futuros.



O método indutivo aplicado configurou a suficiência na constatação de dados pertinentes ao acervo documental e bibliográfico pesquisado, com a análise documental da legislação, projetos/oficinas, estruturas curriculares educacionais, e outros que são concernentes ao tema central da pesquisa, fazendo uma correlação de fontes entre documentos que estabeleçam um parâmetro linear sobre as ações de prevenção de crimes cibernéticos decorrentes do uso da tecnologia de informação e comunicação em sala de aula.

A análise da documentação decorrente do objeto da pesquisa não compreende apenas textos técnicos ou bibliográficos, mas comporta um processo de interações e de redes de comunicação empreendidas na atividade prática e diária das ações de prevenção aos crimes cibernéticos. Por isso, será aplicada a abordagem hermenêutica na sua interpretação, buscando alcançar o sentido aplicado pelos seus elaboradores.

2 A necrofilia cibernética: crimecibernéticos e a docência

Numa proposta de rememoração sobre os aspectos sociais e culturais propostos como espaços para a reflexão a respeito do tema central da pesquisa, cabe destacar sobre o fato de que o século XXI ficará marcado na história mundial como sendo o marco da nova comunicação entre os povos, e isto se deve à intensificação do uso das tecnologias de informação e de comunicação (TIC's), que vêm avançando na sua utilização sobre as relações sociais, indistintamente. Na mesma vertente, os espaços e possibilidades decorrentes dessa inserção de tecnologias digitais têm adentrado nas escolas, propiciando uma necessária revisão no processo ensino-aprendizagem, tratando-se de um e um instrumento que pode fortalecer o processo de criação, reflexão e formação cidadã do aluno e do próprio docente.

Partindo-se do princípio de que o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) promove alterações no comportamento humano e nas interações sociais e que se trata de um processo, naturalmente, irreversível, inclusive para o processo formativo do ensino-aprendizagem, há que se questionar sobre os efeitos éticos e jurídicos na utilização dessa ferramenta.

A instituição responsável pela administração do sistema educacional e pelo desenvolvimento de políticas públicas sobre o acesso à rede mundial de computadores,



no Estado de Sergipe, é a Secretaria do Estado, da Educação, do Esporte e da Cultura (SEED)³.

No exercício das suas atividades, a SEED conta com uma estrutura administrativa formada pela Coordenadoria de Informática (CODIN), que tem como funções formular, coordenar e executar os serviços de processamento eletrônico de informações e armazenamento de dados, além de promover a implantação de sistemas de informática de interesse da Secretaria⁴, além do Conselho Estadual de Educação, que é um Órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe, sendo constituído de dezesseis membros titulares e cinco suplentes, nomeados por decreto do governador, observando as exigências contidas na Lei Estadual nº 2.656, de 8 de janeiro de 1988⁵. No Estado de Sergipe 354 unidades escolares integram a rede estadual de ensino com acesso garantido à internet e foram modernizados 24 laboratórios de informática⁶.

Os registros documentais pesquisados informam que no ano de 2015, a rede de ensino público da Cidade de Aracaju possuía 22 escolas com laboratórios de informática. As máquinas que compõem os citados laboratórios foram oriundas do PROINFO (Programa Nacional de Informática Educacional), do PROINESP (Programa de Informática na Educação Especial) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cabendo o processo de formação docente à Divisão de Tecnologia de Ensino (DITE), da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe⁷. São 96 escolas públicas estaduais com acesso wi-fi instalados.

³ É o Órgão integrante da Administração Estadual Direta, criada pela Lei n° 981, de 05 de abril de 1960, alterada pela Lei n° 2.608, de 27 de fevereiro de 1987, transformada pelo Decreto n° 10.301, de 27 de fevereiro de 1989, conforme autorização da Lei n° 2.703, de 17 fevereiro de 1989, regulamentada pela Lei n° 3.373, de 31 de agosto de 1993SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação – **SEED. Governo de Sergipe**. Disponível em: <<https://www.seed.se.gov.br/secretaria.asp>>. Acesso em: 20 maio. 2019.

⁴ Desempenhando também outras atividades correlatas ou que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

⁵ Idem ao 1

⁶ SERGIPE. **Relatório de Gestão da Secretaria de Estado da Educação**. SEED. Governo de Sergipe. 2017. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/arquivos/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O20181001_11361057.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2019.

⁷ OLIVEIRA, Kecia Karine Santos de; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; SOUZA, Divanízia do Nascimento. Programas de inclusão digital em escolas de Aracaju/Se: políticas públicas, implementação e formação de professores. **Revista Fórum Identidades**. Ano 9. vol 17. Jan-



Para o ano de 2019, o Governo do Estado e Prefeitura de Lagarto, firmaram parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério da Educação (MEC), para a implementação do Programa de Inovação Educação Conectada. Sendo esta, uma iniciativa para levar às salas de aula de unidades escolares das redes estadual e municipal, o acesso a internet para a conexão de conteúdos educacionais digitais e formação de profissionais, beneficiando, diretamente, cerca de seis mil alunos e 400 professores da educação básica⁸.

No ano de 2012, a Secretaria de Estado da Educação (SEED), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Educação (MEC), lançou em Sergipe o Projeto Tablets Educacionais, disponibilizando inicialmente 3428 tablets para os professores do ensino médio, gestores e alunos das 20 escolas mais bem colocadas no ENEM 2012⁹.

O projeto de integração tecnológica digital, chamado de “Um Computador por Aluno (UCA)”, foi lançado em Sergipe em 2010, no município de Barra dos Coqueiros, e tinha o objetivo de criar mecanismos que ampliassem o interesse do aluno sobre os temas estudados¹⁰. Por sua vez, o Projeto de Informática na Educação Especial (PROINESP) que é uma iniciativa da SEESP/MEC, previu a implantação de laboratórios de informática em escolas públicas e entidades sem fins lucrativos¹¹.

Os investimentos na área de inclusão digital nas escolas públicas estaduais em Sergipe vieram a alterar o cenário educativo e o compartilhamento de informações com os alunos, proporcionando uma grande alteração no comportamento e nas interações sociais desses mesmos alunos.

3. CAPACITAÇÃO DOCENTE NAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SERGIPE

A aceitação do novo não pode ser negada, de acordo com Freire (2018), e isso compreende a criação de possibilidades para a produção de construção do conhecimento

abr 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/download/4745/3969> . Acesso em: 05 maio. 2019

⁸ SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação – **SEED. Governo de Sergipe**. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=14294>. Acesso em: 20 maio. 2019

⁹ SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Revista Educação. 2014. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/arquivos/revista.pdf>. Acesso em: 07 maio. 2019.

¹⁰ Idem ao item 7



pelo próprio aluno. Por conseguinte, a tecnologia digital é um elemento de composição para inspirar a curiosidade e a autonomia do educando, com a perspectiva de uma educação libertadora. Dessa forma, o processo deve favorecer o constante de debate, a troca de ideias fundamental, o letramento, a alfabetização, afim de possibilitar a reinvenção constante e formação do indivíduo não exterior as suas realidades, dativa, mas construída e analítica.

Todo processo educativo, cujo propósito seja educar para a paz tem percalços de mudança de natureza. O progresso e a mudança; O medo da educação gera problemas e benesses. A Esperança por tanto torna-se necessária. Em seu livro *Pedagogia da Esperança* (1992) Paulo Freire escreveu que:

A tarefa da educação não consistia em educar a esperança, uma vez que esta seria condição ontológica de todo ser humano. Cabia à educação cuidar para que esta esperança não perdesse o rumo e no fim acabasse em desespero. O mesmo pode ser dito em relação à raiva ou à indignação que ele vê como emoções nas quais se assenta a capacidade de agir pela mudança. Uma “ética universal do ser humano” será constituída na relação dialética entre denúncias das ações “necrofílicas” e a afirmação das forças “biofílicas”. (FREIRE, 1992)

A partir da implantação do PROINFO, a Secretaria da Educação do Estado de Sergipe (SEED) promoveu cursos de capacitação em tecnologias digitais para os professores da rede pública de ensino. De acordo com Almeida (2017)¹², as Diretorias Regionais da SEED foram capacitadas para ofertar os cursos, sem necessidade de seleção prévia dos participantes, bastando que os interessados manifestassem seu desejo em participar do processo de capacitação. O autor registra que nos anos de 2008 a 2015 houve um grande engajamento dos docentes na busca pela capacitação. O referido dado foi colhido por Almeida¹³ (figura 1), e assim se representava:

¹² ALMEIDA, Ismael de. **Alfabetização tecnológica docente: realidade nas Escolas públicas de Sergipe**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6765/2/ISMAEL_ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2019.

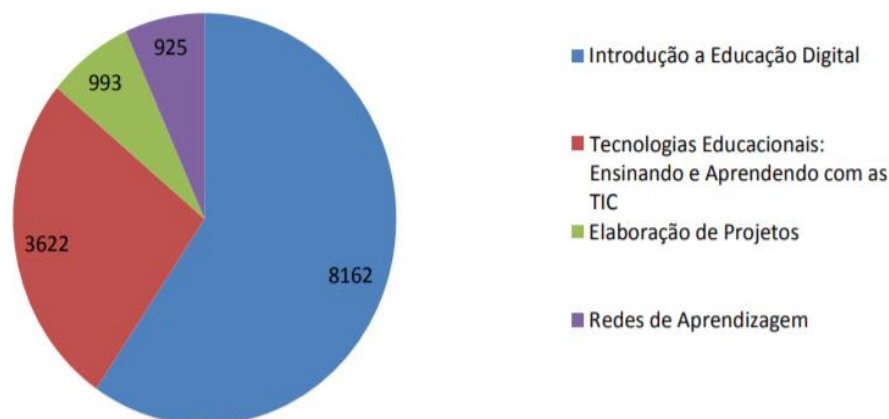


FIGURA 1: Número de professores formados em cursos de formação continuada ofertados pelo ProInfo Integrado no estado de Sergipe, entre 2008 e 2015.

Fonte: DITE/SEED-SE

Percebe-se do gráfico destacado que a formação básica foi a que teve maior adesão pelos docentes, fato esse justificável pela necessidade de conhecer a proposta de trabalho com a educação digital, que sem sombra de dúvidas traz os receios inerentes à novidade, registrando-se um total de 8162 professores para a formação digital básica. Almeida¹⁴ traça um resumo sobre a expectativa extraída pelos docentes quando da participação nos cursos de capacitação promovido pela SEED: “é possível perceber que além da preocupação com a aprendizagem dos docentes para utilizar os recursos em sala de aula, há também uma preocupação com a reflexão acerca da utilização desses recursos tecnológicos em sala de aula” (2014).

Cabe ainda o registro de que, em levantamento realizado pela SEED, a oferta de cursos básicos e a grande participação docente nesses cursos, comprovava que muitos dos professores participantes não tinham habilidade com o uso dos computadores, fato este que confirma a possibilidade da ocorrência de delitos cometidos em rede digital, haja vista o desconhecimento técnico do ambiente virtual, por parte dos professores. Almeida¹⁵ perfila ainda, que, dentre os cursos ofertados e recursos financeiros da SEED, os que apresentaram maior participação de professores foram: Programa TONOMUNDO, TV Escola e Aluno/Monitor, e que são definidos sucintamente pelo autor. Os principais

¹⁴ Idem ao item 6

¹⁵ ALMEIDA, Ismael de. **Alfabetização tecnológica docente: realidade nas Escolas públicas de Sergipe**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6765/2/ISMAEL_ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2019.



cursos oferecidos pela COTED, nos anos de 2012 a 2016, de acordo com Silva et al¹⁶, foram:

. Introdução à Educação Digital - carga horária de 40 horas;
. Curso de Elaboração de Projetos - carga horária de 40 horas;
. Tecnologias na Educação - carga horária de 100 horas;
. Oficinas de Lousa Digital Interativa - carga horária de 08 horas;
. Áudio e Vídeo - carga horária de 12 horas;
. Blog - carga horária de 20 horas;
. Slides - carga horária de 20 horas.

Registre-se que durante a pesquisa, foi verificado que no ano de 2018, o Projeto Lousa Digital, que promove o acesso à educação de qualidade para crianças em risco de vulnerabilidade social, já atendia em Sergipe, nas Cidades de Aracaju, Indiaroba, Arauá, Lagarto, Simão Dias, Poço Verde, Itabaiana, Ribeirópolis, Malhador, Areia Branca, Capela, Carmópolis, Cumbe, Nossa Senhora das Dores, Siriri, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Porto da Folha, Itaporanga d’Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Feira Nova¹⁷. O projeto tem nos seus pilares a proposta de formação continuada de professores.

Com relação à condição de domínio técnico dos docentes da rede de ensino público do Estado de Sergipe, Alcântara e Linhares (2017)¹⁸ afirmam que os professores “não sabem reconhecer problemas, reparar erros e nem utilizar a plenitude de recursos, o que resulta num uso limitado das tecnologias digitais”, confirmando haver um notado grau de deficiência na formação inicial desses mesmos docentes.

4 Ações preventivas para o uso seguro da Internet na escola.

¹⁶ Idem ao item 11

¹⁸ ALCÂNTARA, Caio Mário Guimarães; LINHARES, Ronaldo Nunes. **Avaliação das tecnologias na docência sergipana**. Avaliação das tecnologias na docência sergipana. **Revista Brasileira de Educação Básica**. 2017. vol.2. n.6. Disponível em: <<https://pensaraeducacao.com.br/reducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/07/02-AVALIAÇÃO-DAS-TECNOLOGIAS-NA-DOCÊNCIA-SERGIPANA.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2019.



A criação de novos espaços e possibilidades de aprendizagem dinâmica decorrentes dessa inserção de tecnologias digitais têm adentrado nas escolas, propiciando uma necessária revisão no processo ensino-aprendizagem, por se tratar de um instrumento que pode fortalecer o processo de criação, reflexão e formação cidadã do aluno e do próprio docente.

Fora da escola as tecnologias da informação e da comunicação são responsáveis pela produção de textos em crescente diversificação e complexidade, pois, são resultados da imediata articulação de palavras, imagens e sons, que efetivamente ainda não foram percebidos na escola. Nessa mescla de informações percebidas com o uso das TIC's, há o diagnóstico favorável para a difusão de conhecimentos, mas, em contrapartida existem possíveis efeitos negativos decorrentes do uso dessa tecnologia em sala de aula, que exigirá do docente a compreensão sobre o seu papel de mediador no trato e no uso seguro da internet.

A importância da prática de prevenção de crimes cibernéticos na educação pode ser identificada pela diversidade de propostas produzidas por entidades não governamentais, a exemplo da Safernet¹⁹ (2005), que é uma entidade que tem a preocupação com os direitos humanos e com a ética no ciberespaço. Por sua vez, a obra de Sleiman (2016)²⁰, presidente da comissão especial de educação digital da Ordem dos Advogados do Brasil na Seccção do Estado de São Paulo, que lançou o livro eletrônico “Guia do professor” (2016), também aborda sobre os aspectos legais e de tratativas educacionais a respeito da prevenção ao bullying e ao cyberbullying, sugerindo a prática de ações específicas em sala de aula para prevenir, combater e conscientizar os alunos sobre o tema.

No ano de 2014, a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEED), promoveu palestra sobre “Crime Cibernético: O impacto da internet nos Jovens e Adolescentes”,²¹ convocando seus professores para o compartilhamento de informações e experiências. Foram abordados diversos pontos importantes sobre as atividades

¹⁹ SAFERNET. **Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. Disponível em: <http://www.safernet.org.br/site/institucional>. Acesso em: 04 abr.2018

²⁰ SLEIMAN, Cristina Moraes. **Guia do Professor: programa de prevenção ao bullying e ao cyberbullying**. Livro eletrônico. Editora do autor. São Paulo: 2016. Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo. Disponível em: <file:///C:/Users/Public/Documents/Livreto_Guiadoprofessor_final_17112016_DA.PDF>. Acesso em 07 maio. 2019

²¹ SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEED). **Seed promove palestra sobre Crimes Cibernéticos para professores da DRE-8**. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=8473>>. Acesso em: 08 maio. 2019



criminosas na internet, como pedofilia, crimes contra o patrimônio, cuidados com o que se é postado nas redes sociais, spam, entre outros.

A preocupação com o acesso livre a internet nas escolas foi um dos motivadores para que os gestores das escolas públicas em Sergipe passassem a ter um olhar mais cuidadoso e atento com os alunos em sala de aula e nas dependências das escolas.

No ano de 2017, o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), em parceria com a organização não governamental Safernet, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e Ministério Público do Estado de Sergipe (MP/SE), realizou a Oficina “Segurança, ética e cidadania na internet: educando para boas escolhas online”²². Foram cerca de 200 participantes, e grande parte desse público era formado por educadores da rede pública (estadual e municipal, capital e interior) e da rede particular. Também estiveram presentes profissionais da assistência social, de Conselhos Tutelares, do Instituto Federal de Sergipe e de órgãos de defesa da infância e da juventude.

A SEED, no ano de 2017, realizou o 1º Seminário “Cybertcultura: Vivendo esse Mundo Digital”, com o objetivo de levar o debate sobre os desafios e as transformações que a sociedade do século XXI, com a inserção da tecnologia digital no mundo, e que a partir delas, diferentes formas de informações, de interação e de agir são registradas. Os temas discutidos no seminário trouxeram as seguintes vertentes: Mídias e Redes sociais: O Negro, a Negra e a Sociedade; Mídias e Redes Sociais; Liberdade de Expressão e Violência de Gênero; Cyberbullying e suas consequências jurídicas. O público-alvo do seminário foram os alunos das escolas da rede pública do Estado²³.

De acordo com Lynn e Torres (2017), a imersão no universo da cultura digital tem sido marcada por uma inquietação por parte dos docentes por não dominarem a intensa interação de alunos com o universo eletrônico, provocando a discussão sobre a necessária segurança que deverá pontuar no acesso às informações nesse amplo espaço cibernético. Consequentemente, em contrapartida à crescente utilização das mídias eletrônicas, o risco de ocorrências danosas à integridade psicológica dos usuários das

²² BRASIL. Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE). **Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas realiza oficina em Sergipe**. 2017. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2017/Agosto/ministerio-publico-pela-educacao-digital-nas-escolas-realizou-atividades-em-sergipe/>>. Acesso em: 09 maio. 2019.

²³ CENTRO DE EXCELÊNCIA Maria Ivanda de Carvalho Nascimento realiza I Seminário Cybercultura. 2017. SE Notícias. Disponível em: <<https://senoticias.com.br/se/centro-de-excelencia-maria-ivanda-de-carvalho-nascimento-realiza-i-seminario-cybercultura/>>. Acesso em: 09 maio. 2019.



redes digitais torna premente a construção de ações preventivas e protetivas desses mesmos agentes.

Um dado relevante para a pesquisa foi trazido recentemente à discussão, com base na pesquisa realizada entre os meses de agosto e dezembro do ano de 2018, pela TIC Educação 2018, divulgada no mês de julho de 2019 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)²⁴, que registrou o comportamento da geração digital de docentes e discentes no ano de 2018, assim destacado:

- . 76% dos docentes buscou formas para desenvolver ou aprimorar seus conhecimentos sobre o uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem;
- . 90% dos professores afirmaram que aprenderam sozinhos a usar as tecnologias;
- . 87% deles buscaram orientação dos parentes e familiares e 82% procuraram a ajuda dos pares.

Ainda contextualizando, a pesquisa realizada pela TIC Educação 2018 apresentou números sobre a cidadania digital na escola, assim dispendo²⁵:

- . Para 44% dos alunos de escolas urbanas, os professores são considerados fontes de informação sobre o uso de tecnologias;
- . 48% dos alunos afirmam que os professores os auxiliaram a utilizar a Internet de um jeito seguro;
- . 39% que os professores falaram sobre o que fazer se alguma coisa os incomodar na Internet.

Com relação à conectividade nas escolas, a pesquisa TIC Educação 2018 levanta um elemento que é de suma importância para o viés apresentado na presente pesquisa, qual seja, a ausência de infraestrutura²⁶:

- . 58% dos professores de escolas públicas urbanas utilizam o celular em atividades com os alunos;
- . 51% dos professores de escolas públicas urbanas fazem uso da própria rede 3G e 4G para realizar estas atividades;

²⁴ SETENTA E SEIS POR CENTO dos professores utilizam tecnologias da informação e comunicação no ensino. Caderno Mercado. Jul/2019. Disponível em: <<https://cadernomercado.com.br/76-dos-professores-utilizam-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-no-ensino/>>. Acesso em: 08 maio. 2019.

²⁵ Idem ao item 28

²⁶ Idem ao item 28



. 58% dos responsáveis pelas escolas rurais utilizaram o telefone celular para atividades administrativas;

. 52% dos responsáveis pelas escolas rurais afirmaram que se tratava de um dispositivo próprio, não custeado pela escola.

Considerações Finais

A pesquisa acima destacada demonstra o quanto ainda é frágil a relação existente entre a navegação nas redes digitais e a expectativa de uso da internet segura, que atinge um grande número de alunos das escolas, e em especial os alunos das escolas públicas, que em regra sofrem as mazelas. Mesmo com as benesses trazidas pelos programas de capacitação e gestão, tampouco, ainda sim, perdura a falta de segurança, na precariedade dos equipamentos, da falta de uma política pública de constante formação docente e inversão discente.

A partir do olhar sobre as possíveis implicações ético-jurídicas decorrentes do uso da tecnologia de informação e comunicação em sala de aula, comprova a fragilidade na formação e proteção da cidadania do aluno que é exposto às infinitas possibilidades de ser vítima, ou por desinformação, ser o causador de um delito cibernético que pode ter consequências graves, inclusive para a própria escola. Ante o fato existe uma relação de pouca confiabilidade sobre a capacidade docente de manuseio ferramentas tecnológicas.

Diante desse cenário encontrado, é possível levantar também um questionamento sobre a existência de proteção aos docentes que se encontram em sala de aula. Na medida em que, possivelmente, não possuem intimidade com as diversas responsabilidades jurídicas, que situações de crimes cibernéticos cometidos eles presenciados podem acarretar, na administração dos instrumentos e dados do alunado. Todavia, foi preciso observar como as relações são inseridas dentro e fora do ambiente escolar e quais são suas consequências para manutenção de um sistema de ensino adotado com contradições locais e exíguos insumos disponíveis.

A informação veiculada nas redes sociais já faz parte do cotidiano e da vida diária, pois, o acesso à rede mundial de computadores é realizado indistintamente pelos alunos através dos seus dispositivos móveis, e esse fluxo de informações precisa ser trabalhado e percebido com propriedade pelo docente no ambiente escolar. Enfim, se faz necessário e corrente a construção de um espaço de interação seguro e propício à criatividade. É-se indubitável que a necessária relação de aprendizagem envolva a



pluralidade de conhecimentos advinda da comunicação cibernética, mas, com a percepção de que a capacidade de ensinar está progressivamente sendo reorganizada.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Caio Mário Guimarães; LINHARES, Ronaldo Nunes. **Avaliação das tecnologias na docência sergipana**. Avaliação das tecnologias na docência sergipana. Revista Brasileira de Educação Básica. 2017. vol.2. n.6. Disponível em: <<https://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wpcontent/uploads/sites/5/2019/07/02-AVALIAÇÃO-DAS-TECNOLOGIAS-NA-DOCÊNCIA-SERGIPANA.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2019.

ALMEIDA, Ismael de. **Alfabetização tecnológica docente: realidade nas Escolas públicas de Sergipe**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6765/2/ISMAEL_ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE). **Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas realiza oficina em Sergipe**. 2017. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2017/Agosto/ministerio-publico-pela-educacao-digital-nas-escolas-realizou-atividades-em-sergipe/>>. Acesso em: 09 maio. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Cultura e Política**. in: **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim do Século, 2003

CENTRO DE EXCELÊNCIA Maria Ivanda de Carvalho Nascimento realiza **I Seminário Cybercultura**. 2017. SE Notícias. Disponível em: <<https://senoticias.com.br/se/centro-de-excelencia-maria-ivanda-de-carvalho-nascimento-realiza-i-seminario-cybercultura/>>. Acesso em: 09 maio. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GESTORES DA EDUCAÇÃO abordam uso da tecnologia no processo de ensino. INFONET Notícias. 2018. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/educacao/gestores-da-educacao-abordam-uso-da-tecnologia-no-processo-de-ensino/>>. Acesso em: 10 maio. 2019

LYNN, Alves. TORRES, Velda. **WhatsApp: cenário para discussões e reflexões sobre a permissibilidade e limite da interação de crianças e adolescentes como o universo digital**. (in) **WhatsApp e Educação: entre mensagens, imagens e sons**. PORTO, Cristiane et all (org.). Salvador: EDUFBA, 2017



MACEDO, Roberto Sidnei. MACEDO DE SÁ, Sílvia Michele. **Etnocurrículo e Etnoaprendizagens: a educação referenciada na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SAFERNET. **Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. Disponível em: <http://www.safernet.org.br/site/institucional>. Acesso em: 04 abr.2018

SILVA, José Fonseca da; CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da; SCHEINER, Henrique Nou. **Formação de professores na prefeitura de Aracaju: reflexão-ação das tecnologias digitais de Informação e comunicação na educação**. 10 Enfope. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download/4719/1676>>. Acesso em: 10 maio. 2019

SILVA, José Fonseca da; CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da; SCHEINER, Henrique Nou. **Formação de professores na prefeitura de Aracaju: reflexão-ação das tecnologias digitais de Informação e comunicação na educação**. 10 Enfope. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download/4719/1676>>. Acesso em: 10 maio. 2019

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Revista Educação. 2014**. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br>>

SETENTA E SEIS POR CENTO dos professores utilizam tecnologias da informação e comunicação no ensino. Caderno Mercado. Jul/2019. Disponível em: <<https://cadernomercado.com.br/76-dos-professores-utilizam-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-no-ensino/>>. Acesso em: 08 maio. 2019.

SLEIMAN, Cristina Moraes. **Guia do Professor: programa de prevenção ao bullying e ao cyberbullying. Livro eletrônico**. Editora do autor. São Paulo: 2016. Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo. Disponível em: <file:///C:/Users/Public/Documents/Livreto_Guiadoprofessor_final_17112016_DA.PDF>. Acesso em 07 abr.2018

OLIVEIRA, Kecia Karine Santos de; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; SOUZA, Divanízia do Nascimento. **Programas de inclusão digital em escolas de Aracaju/Se: políticas públicas, implementação e formação de professores**. Revista Fórum Identidades. Ano 9. vol 17. Jan-abr 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/download/4745/3969>> . Acesso em: 05 maio. 2019